

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira Raimundo Márcio Mota de Castro Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez Paula Macarena Caballero Moyano Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVÇÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Teixeira Santos

Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio
Cabo Frio - RJ

RESUMO: Esta investigação tem por objeto analisar a constituição do aparato burocrático de fiscalização da instrução primária, na segunda metade do século XIX, especialmente os inspetores da instrução, considerados fundamentais para fiscalizar a instrução nas escolas públicas na Província do Rio de Janeiro. Desta forma, constitui um estudo histórico documental e tem como objetivos centrais, investigar as competências requeridas para o exercício da função e a sua articulação com os interesses políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, e educacionais, notadamente das classes dirigentes. Para tal intento, as fontes pesquisadas foram os Regulamentos da Instrução e os Relatórios anuais da Presidência da Província (1850 e 1889). A presença da inspeção nas escolas, em diferentes Províncias do Império brasileiro, no século XIX, indica que se trata de um tema comum e inquietava autoridades e governos, naquele século. Assim, a instrução primária priorizada pelas autoridades provinciais deveria ser realizada nos espaços escolares públicos (mantidas pelos cofres provinciais), pois as classes populares (perigosas) deveriam ser

controladas, disciplinadas e instruídas a partir dos interesses das autoridades que ocupavam os cargos políticos e administrativos do Estado. Para assegurar o exercício da fiscalização, os inspetores, além da formação superior, deveriam ser as “mãos e os olhos da autoridade”, forjando a “inspeção eficaz”. Ou seja, além de estarem alinhavados com o projeto hegemônico das classes dirigentes fluminenses, precisariam ter olhos atentos a tudo que ocorria nas escolas e a capacidade de relatar, por escrito, as inspeções realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Inspetores da instrução; Inspeção eficaz; Instrução popular.

THE INSTRUCTION INSPECTORS IN THE PROVINCE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: This investigation aims to analyze the constitution of the bureaucratic apparatus related to the oversight of primary instruction on the second half of the 19th century, especially the instruction inspectors, who were considered to be fundamental to oversee the instruction at public schools in the Province of Rio de Janeiro. It constitutes a historical and documental study, which mainly seeks to investigate the competences required for the exercise of such position and the connections between them and political, economic, social, cultural, religious and educational interests, notably those of the

ruling classes. Therefore, the researched sources were the Regulations of Instruction and the annual Reports of the Presidency of the Province (1850 and 1889). The presence of inspection at schools in different Provinces of the Brazilian Empire in the 19th century indicates that it was a common theme and it preoccupied authorities and governments in that century. Thus, the primary instruction which was prioritized by the provincial authorities should be conducted at the public school spaces (supported by the provincial budget), since the popular (dangerous) classes should be controlled, disciplined and instructed according to the interests of the authorities who occupied the public and administrative positions of the State. In order to ensure the exercise of oversight, inspectors, besides having a higher education, should be “the hands and the eyes of the authority”, forging the “effective inspection”. That is, besides being aligned to the hegemonic project of the ruling classes of Rio de Janeiro, they had to keep their eyes open for everything that happened at schools and be able to report, in writing, the inspections which were made.

KEYWORDS: Instruction inspectors; Effective inspection; Popular instruction.

1 | INTRODUÇÃO

Instruir as classes populares para discipliná-las foi um dos objetivos principais dos dirigentes oitocentistas. Para tal intento, a estratégia foi estabelecer e legitimar um espaço específico para o ensino de disciplinas básicas cimentadas pela argamassa religiosa de base cristã: a escola pública primária. Porém, não era suficiente criar escolas, mas, sobretudo, garantir que elas fossem frequentadas por meninos e meninas, oriundos dos extratos mais empobrecidos da sociedade, inclusive, segmentos descendentes ou oriundos do cativo e fiscalizadas por um corpo burocrático afinado com os interesses hegemônicos pelos conservadores, principalmente a ala fluminense adjetivada de saquaremas. Não é fortuita, que a inspeção escolar, foi uma temática comum nas Províncias brasileiras no século XIX. Desta forma, a fiscalização da instrução estava na agenda política dos governantes do Império brasileiro.

Assim, o presente trabalho se debruçou sobre os Regulamentos da Instrução, os Relatórios anuais da Presidência da Província. Analisando a constituição do aparato burocrático de fiscalização da instrução primária, na segunda metade do século XIX, especialmente os inspetores (municipais, paroquiais, distritais, das comarcas e gerais), considerados fundamentais para fiscalizar a instrução nas escolas na Província do Rio de Janeiro. Desta forma, este texto se constitui num estudo histórico documental e tem como objetivos centrais, investigar as “competências” requeridas para o exercício da função de inspetor e a sua articulação com os interesses políticos, econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, educacionais da sociedade fluminense, notadamente de suas classes dirigentes. Para tal intento, este trabalho está dividido em três seções. A primeira contextualiza a escola pública primária

provincial fluminense, em especial, os grupos que deveriam estudar nesses espaços. A segunda demonstra o papel estratégico que a inspeção da instrução possuía para as classes dirigentes da Província do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. E Por fim, a última seção procura reconstruir a qualidades requeridas para o exercício da fiscalização da instrução, considerado as origens sociais, o gênero e a formação acadêmica para serem “o olho e a mão da autoridade”, para poder realizar a “inspeção eficaz”.

2 | ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS: DISCIPLINAR E CONTROLAR AS CLASSES POPULARES

É fundamental historicizar a escolarização da educação na Província do Rio de Janeiro, sua gênese e o longo processo de afirmação simbólica e cultural pela qual passou durante as décadas do século XIX, bem como as disputas que atravessaram a casa e a escola como espaços legitimados de instrução primária.

A análise dos marcos legais da escola e dos Relatórios da Província do Rio de Janeiro, permite interpretar que a instituição escolar estava em processo de legitimação simbólica e cultural no oitocentos. Nesse sentido, a instrução era concebida como um mecanismo fundamental para forjar uma unidade nacional a partir de diretrizes que manteriam a ordem e a civilização como interesses da “boa sociedade”, isto é, dos que eram livres, proprietários e brancos.

É preciso reconhecer um “clamor” pela instrução na jovem nação. “Derramar a instrução por todas as classes” (GRANDE, 1845, p. 22). Em que pese tratar-se de uma afirmativa forte, a mesma precisa ser compreendida em seus contextos e sentidos utilizados, pois a instrução possuía hierarquias como era hierarquizada a própria sociedade em que se estabelecia.

Como conseqüência, não se deve deduzir que ao “povo mais ou menos miúdo” e muito menos aos escravos eram atribuídas possibilidades reais de ingresso nas carreiras que dominavam o ordenamento jurídico e administrativo do governo do Estado: o curso superior. Eram poucos os que conseguiam romper as barreiras econômicas, sociais, culturais e raciais para chegar aos níveis mais elevados da educação formal.

Grosso modo, é constante referir-se à educação (instrução elementar) popular como forma de melhorar a indústria ou mesmo a produção rural, tirar das trevas, formar o povo, beneficiar-se dos progressos etc. Contudo, há um silêncio quando se refere ao ensino superior e parece não existir referências maiores que o “povo mais ou menos miúdo” possa ter como horizonte chegar aos níveis mais avançados da educação (que tem desdobramentos na própria ocupação da estrutura do aparato estatal), muito menos na direção política que acarretaria vislumbrar outras possibilidades para educar “todas as classes”. (CONFERÊNCIAS POPULARES,

1876, p. 13).

As fontes consultadas falam muito pelo que expressam abertamente, mas também pelo que silenciam. A instrução popular parece nunca se associar à possibilidade de direção política da sociedade. Esta estava reservada à “boa sociedade”. Não poderia ser diferente em uma sociedade desigual, hierarquizada e hierarquizante, na qual cada classe precisa ser instruída e inculcada nas posições sociais pré-definidas pelos dirigentes e mesmo na imprensa, que não pode ser pensada de forma isolada aos interesses dominantes. Ou seja, além dos custos financeiros, havia de se preservar a produção, que não poderia sofrer com a diminuição do tempo de trabalho em benefício da instrução popular, inclusive as escolas noturnas, pensadas para os trabalhadores (ARAÚJO, 1888, p. 50).

Dessa forma, a instrução para todas as classes naquele contexto político, social e econômico do oitocentos representava também tentar ladear as “nações civilizadas”, mas, sobretudo, dar sentidos e significados que não podem ser reduzidos a aprender a ler e a escrever. Antes, precisa ser compreendida dentro de um jogo de posições sociais em que cada uma das classes participa de forma diferenciada e hierarquizada na construção da unidade nacional.

A instrução nas escolas que ora se tentava implantar, tinha um público específico que deveria frequentá-las. Para além da instrução propriamente dita, deveria incorporar a moralidade desejada, a partir dos interesses articulados pela direção pretendida pelo Estado. É possível perceber, de forma nítida, a vontade não só interventiva, mas até impositiva, sobre a frequência à escola, que o povo deveria incorporar quase como uma missão sagrada.

Assim, as hierarquias sociais e a hegemonia política atravessavam a difusão da instrução como uma espécie de laboratório. Sobretudo, nos experimentos administrativos, na tentativa de controlar a expansão da “rede escolar” provincial, por intermédio de agentes e instâncias de inspeção e fiscalização do trabalho docente. Aqueles homens olhando para as “nações civilizadas” desconfiavam das práticas e conteúdos pedagógicos que, de alguma forma, colocassem em questão a própria arena onde as tensões políticas e sociais ocorriam. Isto é, a difusão da instrução era concebida como parte constitutiva de um projeto de civilizador, mas, ao mesmo tempo, carregada de contradições. Dito de outra forma, a população deveria ser instruída evitando os dissabores do descontentamento. Por isso, a moralidade cristã era a outra face da moeda da instrução: “sem a instrução e sem a moral cristã, derramados a mãos cheias, dentro de dez anos os operários instruídos serão descontentes, e os ignorantes indigentes” (SILVA, 1875. p. 8).

De forma explícita Josino articula instrução com o controle das “classes perigosas”. E não só olhando para as experiências de movimentos reivindicatórios e greves em outros países, mas a realidade concreta da Província fluminense e do Brasil. Entre muitos exemplos, basta citar o estudo de Mattos (2008), que discutiu os processos reivindicatórios empreendidos pelos trabalhadores, com greve de

tipógrafos em 1858, no Município Neutro da Corte e, em 1857, a paralisação de trabalhadores na Ponta D'Areia, em Niterói; A institucionalização da escola estava vinculada, desta maneira, aos processos mais amplos de ordenamento da própria sociedade. Afinal “a preocupação com o perigo representado pela pobreza também esteve nas cabeças dos homens do Executivo” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 115-116).

3 | FISCALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO: EM BUSCA DA “INSPEÇÃO EFICAZ”

A instrução nas escolas públicas era considerada estratégica para os desígnios e projetos das elites oitocentistas, não só na Província do Rio de Janeiro, mas para o próprio Império do Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico de escravos, em 1850. O sempre progressivo aumento da população pobre e livre, e, sobretudo, daquelas frações que carregavam na pele e nas identidades as marcas da herança africana e escravista, era considerado perigoso porque, de alguma forma, poderia pôr em questão os interesses hegemônicos vigentes, organizando movimentos e greves, burlando normas ou mesmo não se enquadrando nos perfis mais desejados pela sociabilidade dominante.

Por isso mesmo, forjar uma estrutura burocrática de fiscalização e inspeção da instrução realizadas nas escolas era essencial para que o Estado tentasse viabilizar o controle, a higienização, a civilização e a disciplinarização das classes populares. Construir mecanismos que conseguissem levar a cabo esses objetivos, exigia um horizonte político, religioso, cultural e pedagógico a ser concretizado, bem como que os processos de fiscalização estivessem coerentes e sintonizados com esse horizonte. Para tanto, não deveria ser qualquer inspeção, ela deveria ser eficaz e escriturada de forma a traduzir, o máximo possível, o controle desejado pelas autoridades provinciais.

A inspeção e a fiscalização da instrução primária parecem ter se constituído em um dos temas mais candentes sobre a educação, para os dirigentes durante o século XIX. A difusão da instrução era um objetivo (pelo menos no plano do discurso), a ser alcançado por aqueles que desejavam colocar o Império Brasileiro ao lado das grandes civilizações europeias e, até mesmo, dos Estados Unidos. São constantes nos Relatórios comentários e alusões a países como a França, Bélgica e Holanda, por exemplo.

Para fazer o Brasil alcançar essas nações, era necessário, segundo os dirigentes, apontar os caminhos, determinar os rumos e dirigir politicamente a própria difusão do ensino. Para tal intento, era crucial arquitetar mecanismos que permitissem que a popularização da instrução fosse fiscalizada. Por isso mesmo, nos debates e ações do governo da Província fluminense e do Império, a inspeção sobre as escolas e sobre o trabalho docente ocupava um espaço considerável. É notório

que os mecanismos da inspeção (eficaz) eram concebidos como estruturantes para que, da mesma forma como na Holanda (citada acima), os estabelecimentos fossem responsáveis pela difusão da instrução.

Josino do Nascimento Silva, 26 anos depois, era mais categórico em suas afirmações: “As escolas sem inspeção e fiscalização apenas vegetam” (SILVA, 1879, p. 4).

José de Alencar, em 1854, com um olhar acurado e uma pena que conseguia anotar minuciosamente as várias dimensões que envolviam as condições de aprendizagem, de adiantamento e do espaço onde a instrução ocorria, observava, em relação ao Colégio Kopke, de Petrópolis, que o local foi edificado para se tornar um estabelecimento escolar e não de forma improvisada ou adaptada. (JOSE DE ALENCAR, 2004, p. 140-141).

O escritor segue anotando as condições higiênicas do local, em uma época na qual a preocupação com as moléstias e epidemias assolavam a Província a ponto dos Regulamentos excluírem da possibilidade de estudar os meninos e meninas que tinham doenças julgadas contagiosas. Desde a seriação das classes, à regularidade dos trabalhos, à vigilância ativa do diretor, o sistema e método de ensino: nada passava despercebido aos olhos e à pena que anotava com objetividade e leveza. A perspectiva do escritor contribuiu para evidenciar, mais uma vez, que o inspetor deveria ser o olho e a mão da autoridade, como enunciado nos Relatórios da Diretoria da Instrução de 1861 a 1888.

Segundo o escritor, as autoridades, “sempre muito atarefadas”, precisavam de olhos atentos. De forma emblemática, José de Alencar, ao explicar o título do conjunto de crônicas, faz uma reflexão genial: “escritos ao correr da pena são para serem lidos ao correr dos olhos” (JOSE DE ALENCAR, 2004, p. 5). Porque atentos foram os olhos que empunharam a pena. Sonho da autoridade que tudo queria ver.

Validamente, é essencial especificar as várias categorias de inspetores que podem ser depreendidas a partir dos Regulamentos e dos Relatórios. As constantes mudanças da nomenclatura dos cargos, às vezes com retomada de extintas denominações, ou mesmo, sobreposição de nomes semelhantes, refletem as tentativas durante o oitocentos de estabelecer a “Inspeção Eficaz”.

A noção de “inspeção eficaz”, segundo as fontes consultadas, pode ser compreendida como aquela realizada a partir de três princípios básicos e articulados entre si. O primeiro se refere às autoridades que deveriam ser reconhecidas e legitimadas para inspecionar a instrução nos estabelecimentos escolares, como bem observou Aureliano Coutinho (Coutinho, 1848, p. 59), tanto no sentido dos responsáveis pelo ofício – presidentes da Província, diretores da instrução e inspetores - quanto por aqueles que estavam simbolizados nas representações sociais da sociedade oitocentista: homens, bacharéis, magistrados, delegados, inspetores de quarteirão, párocos etc.

O segundo se configura em uma fórmula que perpassa todos os Regulamentos da

Instrução e Relatórios provinciais: a inspeção deveria possuir duas áreas de atuação articuladas com a Presidência provincial fluminense e com a Diretoria da Instrução. Uma mais local, abrangendo agentes mais próximos às escolas, representados pelos diversos inspetores da instrução locais ou regionais: de freguesia, municipais, paroquiais, distritais e mesmo os Conselhos Municipais de Instrução. A outra abarcando uma perspectiva mais centralizadora e menos cotidiana, uma espécie de verificação, inclusive, do que era realizado de forma mais localizada. Essa ideia é que permeava a constituição dos inspetores gerais de comarca ou do Conselho da Instrução – localizado na capital, Niterói, da Província do Rio de Janeiro –, ou seja, a inspeção da instrução possuía agentes e instâncias fiscalizadoras mais ou menos centralizados, muito embora todos teriam de remeter as informações e sugestões à Diretoria da Instrução e esta à Presidência da Província, de forma hierarquizada.

E, por fim, o terceiro princípio aborda a atuação desses agentes, concebidos como “o olho e a mão da autoridade”, sob duas perspectivas. Uma, a leitura das necessidades mais práticas, cotidianas e burocráticas que permitiam o funcionamento dos estabelecimentos escolares: dar posse e atestados de frequência dos professores; cuidar dos livros de matrícula, caso não fosse efetuada na capital; receber e repassar ao diretor reclamações e requerimentos dos professores; alugar casas para estabelecer escolas públicas, desde que submetendo ao diretor; prover mobílias para as escolas públicas do seu município; nomear examinadores e presidir os exames dos candidatos ao exercício docente; conceder licenças de 15 dias ao ano ou cinco dias consecutivos, em caráter urgente, aos professores etc. A outra dizia respeito aos processos de fiscalização propriamente ditos, exigindo olhos atentos e mãos habilidosas para anotar e produzir Relatórios sobre o que estava ocorrendo nas escolas, em seus aspectos pedagógicos, políticos, morais e religiosos, ou seja, as dinâmicas que estavam articuladas com as classes que deveriam ser higienizadas, disciplinadas e civilizadas. Portanto, interessava não só a instrução, mas também a forma como esse processo ocorria.

Entre as atribuições ancoradas nesses aspectos destaca-se a fiscalização da atividade docente quanto ao zelo, moralidade e prudência nas atividades de ensino; o cumprimento “fiel” dos Regulamentos e das ordens do governo; a frequência escolar e o aproveitamento dos alunos; os métodos de ensino; a efetiva prestação de assistência religiosa pelos párocos; o uso de autoridade dos pais para fazer com que seus filhos fossem à escola; e, ainda, levantar as causas que dificultavam a frequência escolar; verificar os utensílios, o mobiliário e se os livros de ponto estavam corretos; além de confiscar livros proibidos ou inconvenientes.

Em outras palavras, os inspetores da instrução constituíam-se no elo articulador, na Província do Rio de Janeiro, entre o “dirigente mais próximo” – os presidentes da Província – e os “dirigentes mais distantes” – os professores (MATTOS, 1994).

Não é por acaso que os presidentes da Província fluminense que ocuparam o cargo e os três diretores da instrução concebessem a inspeção como o grande

desafio traduzido em dois aspectos básicos que cobrem as décadas da segunda metade do oitocentos. O primeiro trata das reflexões e discursos taxativos que podem ser sintetizados em três frases: “os inspetores são o olho e a mão da autoridade”, “as escolas sem inspeção apenas vegetam” e, por isso, “a inspeção precisa ser eficaz”. O segundo se refere às constantes mudanças nos Regulamentos da Instrução (1849, 1859, 1862 e 1876), em relação, principalmente, às formas de inspecionar expressadas pelas variações constantes das designações dos agentes e instâncias responsáveis pela fiscalização. A década de 70 do século XIX foi o auge desse processo, consubstanciado no Regulamento da Instrução de 1876, mas, também, pela preocupação expressa do diretor da instrução, Josino do Nascimento Silva, ao elaborar um documento que orientava a inspeção da instrução nas escolas primárias fluminenses: “Instruções aos Inspetores Gerais”.

Este documento foi publicado em 23 de setembro de 1876 e anexado ao Relatório produzido por Josino do Nascimento Silva. O documento possui cinco páginas e tinha nos inspetores gerais da instrução os leitores fundamentais. No entanto, é importante destacar que, ao ser publicado como parte constitutiva do relato anual da Diretoria da Instrução, implicou não só a ampliação do público leitor – presidente da Província e Assembleia Legislativa provincial –, mas, sobretudo, constituiu-se em uma operação discursiva com a intenção de enfatizar a centralidade de uma prática considerada estruturante para que os índices da instrução provincial melhorassem no que se referiam à quantidade de escolas e de matrículas, à frequência e ao adiantamento dos alunos. Assim, a inspeção nos estabelecimentos escolares contribuiria para modificar o estado da instrução, considerado, por ele e por quase todos os gestores provinciais, insuficiente.

As Instruções constituem uma espécie de roteiro, mas, sobretudo, uma declaração de como Josino do Nascimento Silva, diretor da instrução, interpretava a legislação vigente e, em especial, aquele que seria o último Regulamento da Instrução de 1876, e dos fundamentos que informavam a sua compreensão de inspeção da instrução.

Ao sintetizar e elaborar um guia para que os inspetores gerais realizassem suas atividades, ele produziu um documento revelador das questões mais candentes da fiscalização da instrução e das estratégias e abordagens que os agentes da inspeção deveriam utilizar em suas visitas nas escolas públicas.

4 | HABILITAÇÕES E COMPETÊNCIAS PARA SER INSPETOR DA INSTRUÇÃO

Nas fontes consultadas os nomes dos inspetores da instrução são sempre precedidos pelos vocábulos doutor ou bacharel. Esse dado não é importante, pois como demonstrou Carvalho (2013), a quase totalidade dos membros da elite possuía estudos superiores. Fora desse extrato era raro conseguir completar os estudos,

principalmente, porque custava muito caro e exigia uma longa jornada e disciplina que passava por estudos com professores particulares, por algum liceu ou o Colégio Pedro II, até conclusão dos estudos na Europa.

Mesmo àqueles que cursavam direito em São Paulo ou Recife, eram cobradas taxas de matrícula, além dos custos de manter quem não morava naquelas Províncias, precisando reunir condições para se estabelecer por pelo menos cinco anos. Como consequência, a educação era uma marca dos membros das elites imperiais.

Dentre os outros cargos da estrutura burocrática da administração provincial, entre eles o da Diretoria da Instrução, não é simples avaliar que tinham no governo, porque as informações disponíveis não são suficientes. Grande parte deles permanecia nas funções intermediárias da administração regional, o que nos remete às possibilidades dos agentes se movimentarem num campo (no sentido atribuído por Bourdieu) hierarquizado e que dependia do capital cultural em seu estado institucionalizado: diplomas ou certificados escolares que conferem formalmente aos seus possuidores um valor social das competências para ocupar determinadas posições dentro de determinado campo.

Essas certificações dependiam, no Brasil Império, da inserção do indivíduo na estrutura social, permitindo, a partir de um campo de possibilidades, que a condição social fosse determinante para as funções de Estado. Tal arcabouço pode ser pensada para todos os níveis de escolaridade e nas várias formas de educação e instrução do século XIX: educação na casa, em estabelecimentos públicos ou privados etc.

Nesse sentido, o “capital cultural incorporado”, e que, mais uma vez, dependia das possibilidades concretas, encontra o desenvolvimento do “*habitus* necessário” para atuar em um determinado espaço ou campo social (BOURDIEU, 2007, P. 74-75). Para tanto, é fundamental compreender que o capital social necessário, para ocupar cargos na administração provincial, enquanto uma variante estruturante. Ou seja, depende das relações pessoais e de grupo, forjada a partir das condições concretas de cada indivíduo desenvolver o sentido do jogo (a partir do *habitus*) é algo que se adquire quase de maneira inconsciente, a busca por se tornar alguém e valorizar o próprio “passe” não passou despercebida pela pena irônica de Machado de Assis no conto “Teoria do Medalhão”, escrito em 1881. No conto, o autor constrói um diálogo entre um pai e seu filho no dia em que o jovem completou 21 anos de idade (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 37-38). Neste conto, Machado de Assis revela as relações entre as condições distintas que possibilitavam ocupar os diversos cargos na burocracia da monarquia brasileira no século XIX.

Por outro lado, é possível perceber a questão de gênero presente na configuração do aparelho administrativo e político do Império do Brasil. Nenhuma mulher ocupou a presidência da Província do Rio de Janeiro nem a Diretoria da Instrução ou um dos cargos de inspeção. A ação feminina ocorria por intermédio do magistério, ser professora era uma atividade que não era “interditada”.

Um exemplo emblemático é o documento escrito pelo então diretor da instrução,

Josino do Nascimento Silva: “Instruções aos inspetores gerais” (SILVA, 1876, p. 3). Neste documento, Josino dedicou um parágrafo às escolas femininas, informando aos inspetores gerais o que ele achava mais importante entre aqueles conhecimentos que eram “específicos”, segundo a visão cultural e social dominante. Aguiar (2015) demonstrou que nem as princesas herdeiras do Trono Imperial do Brasil escaparam à questão de gênero, indo ao encontro do comentário específico de Josino sobre a aprendizagem das meninas se referir apenas ao que deveriam dominar e sem o qual não poderiam sair da escola: saber cortar pano branco e os diversos pontos de costura usuais, o que seria prioridade, a despeito de muitas professoras preferirem ensinar o crochê, o tricô e correlatos após as meninas terem aprendido o essencial. Percebe-se uma dualidade nesse trecho, pois a afirmação taxativa de que as meninas não podem sair da escola sem saber cortar e costurar pode ser também interpretada como o essencial a ser aprendido, embora não esteja claro o que seria essencial.

A investigação de Aguiar (2015) é esclarecedora a esse respeito, pois lembra que a condição de possíveis substitutas do Imperador após a morte do filho varão, Pedro Afonso, pôs na ordem do dia, não só para D. Pedro II, mas para a sociedade, que as princesas seriam as sucessoras. E como o pai se ocupasse da educação das filhas, elas foram instruídas nos saberes necessários ao governo do Estado, restrito aos homens, às “ciências e às letras”, mas também foram ensinadas em prendas femininas.

Isto é, a ênfase sobre o que as meninas deveriam aprender era categoricamente sobre trabalhos de costura, e não qualquer outro saber ou matéria. De outra forma, o inverso poderia ter sido dito, ou seja, que as meninas não poderiam sair da escola sem aprenderem aritmética e gramática da língua portuguesa, deixando o corte de pano branco e os trabalhos de costura para depois que tivessem aprendido o essencial. Além disso, existia um mundo social que naturalizava papéis sociais femininos, e mesmo que Josino discordasse, em parte, deles, o que era possível, eram os homens bacharéis que iriam inspecionar e julgar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instrução primária priorizada pelas autoridades provinciais deveria ser realizada nos espaços escolares públicos (mantidas pelos cofres provinciais) em oposição à educação doméstica, pois as classes populares (perigosas) deveriam ser higienizadas, disciplinadas, instruídas a partir dos interesses das elites e das autoridades que ocupavam os cargos políticos e administrativos do Estado. A frequência à escola, desta forma, foi se constituindo em uma das temáticas centrais para a observação dos inspetores da instrução. Para tanto, entre as competências requeridas para o exercício da fiscalização, os inspetores, além da formação superior, deveriam ser as “mãos e os olhos da autoridade” para forjar a “inspeção eficaz”. Ou

seja, além de estarem alinhavados com o projeto hegemônico das elites fluminenses, precisariam ter olhos atentos a tudo que ocorria nas escolas e a capacidade de relatar, por escrito, as inspeções realizadas.

E por outro lado, a inspeção da instrução estava ancorada numa estrutura social atravessada pela questão de gênero. Desde o acesso ao ensino primário até o ensino superior, praticamente exclusivo aos homens. Os desdobramentos ocorriam não apenas no campo acadêmico, mas também, na ocupação dos cargos da administração provincial fluminense: não foi possível localizar nenhuma mulher nos quadros da burocracia, muito menos, na fiscalização e inspeção da instrução. Desta forma, eram os homens da elite imperial, com credenciais acadêmicas de curso superior que eram responsáveis por inspecionar e avaliar a instrução das classes populares, nas escolas, que em quase sua totalidade, possuíam professoras e professores, também oriundos do “povo mais ou menos miúdo”. Em outras palavras, classe, gênero e titulação acadêmica eram variantes que estavam na gênese das competências e habilidades para ser inspetor da instrução.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. **Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar**. Curitiba, Appris, 2015.

ARAUJO, José Bento de. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888**. Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1888.

BOURDIEU, P. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). Escritos de educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CONFERÊNCIAS POPULARES. **Resumo da Conferência de 29 de agosto. nº 1** Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de /. Vükneuve; C, J.,1876.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. **Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da 1ª sessão da 7.a legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849**. Rio de Janeiro, Tip. do Diário, de N.L. Vianna, 1848.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRANDE, Visconde da Villa Real da Praia. **Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1º de março de 1845**. Rio de Janeiro: Tip. do Diário de N.L. Vianna, 1845.

JOSÉ DE ALENCAR. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MACHADO DE ASSIS. **Contos escolhidos**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Regulamento da Instrução de 16 de dezembro de 1876**. In: **Coleção de Leis, Decretos, Atos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro de 1876**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877.

SILVA, Josino do Nascimento. **Relatório da Diretoria da Instrução**. In: AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima legislatura no dia 8 de setembro de 1875. Rio de Janeiro: Tip. do Apostolo, 1875.

_____. **Relatório da Diretoria da Instrução**. In: LIMA, Francisco Xavier Pinto. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876. Rio de Janeiro: Tip. do Apostolo, 1876.

_____. **Relatório da Diretoria da Instrução**. In: ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima segunda legislatura no dia 08 de setembro de 1879 pelo presidente, Américo de Moura Marcondes de Andrade. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1879.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0

